

CULTURA E PLANO JUVENTUDE VIVA EM MACEIÓ/ALAGOAS: IMPLANTAÇÃO, METAS, PARTICIPAÇÃO POPULAR DA JUVENTUDE NEGRA E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PLANO

Fabiana Guimarães Xavier¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de demonstrar o percurso traçado pelo Ministério da Cultura MINC — na implantação e acompanhamento das ações de cultura do Plano Juventude Viva, na cidade de Maceió/AL, considerando o princípio de controle social na construção do Plano Juventude Viva e as proposições para o eixo da cultura. Elaborado interministerialmente pelos Ministérios da Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Esporte e Cultura, o plano tem a finalidade de prevenir e reduzir a violência contra a juventude brasileira, especialmente, os jovens negros, principais vítimas de homicídios.

Palavras-Chave: Plano Juventude Viva. Políticas Públicas. Ações Afirmativas. Participação Popular.

CULTURE AND YOUTH PLAN LIVE IN MACEIÓ/ALAGOAS

Abstract: This paper aims to demonstrate the path traced by the Ministry of Culture — MINC — in the implementation and monitoring of the Plan Alive Youth culture activities in the city of Maceió / AL, considering the principle of social control in the construction of the Youth Alive Plan and propositions for the cultural axis. Prepared by the Ministries of Justice, Health, Education, Labor, Sports and Culture, the plan aims to prevent and reduce violence against Brazilian youth, especially young blacks, the main victims of homicides.

¹Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Endereço eletrônico: fabiana.guimaraes@gmail.com.

Keywords: Plan Youth Alive. Public policy. Affirmative Action. Popular participation.

Introdução

Embora os estudos pautados nas políticas públicas de ações afirmativas e na participação social consistam, nos últimos anos, em temas de debates e pesquisas no meio acadêmico e entre os movimentos sociais, ainda encontramos no cotidiano um quadro de preconceito e desconhecimento sobre o real papel da juventude negra na discussão e implementação de tais políticas, que, como aponta Rubim (2008), seguem uma tradição de ausência, autoritarismo e instabilidade que vem sendo muito lentamente desconstruída a partir de 2003, com a gestão do ex-presidente, Lula.

Um dos primeiros movimentos no campo das ações afirmativas, deu-se em 1968, na esfera do trabalho, com a tentativa de legalizar a proposta de destinar 10% das vagas de empresas privadas aos trabalhadores negros. Outra tentativa surgiu, então, do deputado federal, Abdias Nascimento com o projeto de lei nº 1.3321/1983² que previa uma “ação compensatória” para a população afrodescendente e a garantia do que dispõe o Artigo 153, §1º da Constituição da República³, mas, em 1989, o projeto de lei foi arquivado.

² Dispõe sobre ação compensatória visando á implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153, § 1º da Constituição da República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>.

³ Trata da Constituição Federal de 1967, na qual afirma-se: “§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça” Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10605555/paragrafo-1-artigo-153-da-constituicao-federal-de-1967>.

No entanto, o movimento negro não para com as demandas e, em 1984, o Estado brasileiro decreta a Serra da Barriga, localizada em União dos Palmares/AL, patrimônio histórico do país e, em 1988, na ocasião das manifestações do centenário da abolição, cria a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura com a missão de promover, preservar, proteger e difundir os valores sociais, econômicos e culturais das comunidades tradicionais de terreiro, quilombos e população afrodescendente.

Em Maceió, as pesquisas encampadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros — NEAB, da Universidade Federal de Alagoas — UFAL, surgiram da demanda dos movimentos negros em “busca de espaço na academia para produzir e difundir conhecimentos sobre a realidade do negro no país, na ótica dos próprios negros”⁴. A criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, no qual as Culturas Afro-Brasileiras⁵ ocupam a categoria VI e tem sua coordenação composta por dois representantes, sendo um da sociedade civil e outro do poder público, traz contribuições para o fortalecimento do movimento negro.

Essas ações apontam para uma percepção e reconhecimento do desnível econômico e social entre classes. Embora se apresentem como ações reparadoras, há que se questionar a eficácia das mesmas. Pois, se faz necessário a ação conjunta de ações afirmativas e políticas públicas regulares aliadas a orçamentos reais que possibilitem a execução e manutenção das mesmas. Sobre o desenvolvimento das políticas públicas, diz Isaura Botelho:

Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de

⁴ Esta é uma das bases norteadoras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <http://neabufal.blogspot.com.br/2009/08/neab-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros.html>.

⁵ Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/cmpec/pagina-exemplo/>
Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 2, n. 1, 2014 | 37

atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo. Ou seja, ela participará de um consórcio de instâncias diversificadas de poder, precisando, portanto, ter estratégias específicas para a sua atuação diante dos desafios da dimensão antropológica. Junto aos demais setores da máquina governamental, a área da cultura deve funcionar, principalmente, como articuladora de programas conjuntos, já que este objetivo tem de ser um compromisso global de governo. Isso significa dizer que, enquanto tal, a cultura, em sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando, aqui, de qualidade de vida. Para que isso realmente se torne efetivo, a área cultural depende, mais do que tudo, da força política que consiga ter junto ao poder Executivo (2001, p. 5).

Em 2012, na tentativa de reduzir os índices de violência entre os jovens das periferias e, na sua grande maioria, negros, a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, lança, em Alagoas, a primeira fase do Plano Juventude Viva. Criado interministerialmente entre os ministérios da Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Esporte e Cultura, o plano está presente em todas as capitais e no Distrito Federal e visa à redução da vulnerabilidade e criação de oportunidades de inclusão social e autônoma desses jovens.

A primeira fase do PJV foi implantada em Alagoas nos municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Liderando o *ranking* das estatísticas sobre violência no país, o estado foi escolhido ainda por abrigar o Programa Brasil Mais Seguro, do Ministério da Justiça. A Maceió somam-se, 141 municípios brasileiros, distribuídos

em 26 estados e mais o Distrito Federal no número de prioridades do Plano.

No plano de enfrentamento à violência, seus articuladores, selecionados via editais públicos, são também agentes mobilizadores organizados em cadeia, chamada de Rede Juventude Viva, com a missão de se conectar a organizações da sociedade civil, coletivos, grupos com foco na juventude e articular um ambiente favorável à implementação do Plano Juventude Viva.

Com quatro ações, o Ministério da Cultura (MINC) participa do PJV com grandes obras de infraestrutura e de disseminação de políticas públicas de ações afirmativas, a contar com as Usinas Culturais que objetivam o investimento em infraestrutura e programação cultural nos territórios com alta vulnerabilidade social. Outro projeto importante é a construção de estruturas, que consistem nas Praças do Esporte e Cultura (PEC) que podem integrar, no mesmo espaço físico, desde “programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócios assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital” (WAISELFISZ, 2013, p. 19).

As duas outras ações, implementadas no Plano Juventude Viva pelo Ministério da Cultura, são de caráter participativo e democrático, trata-se dos editais para ampliação dos Pontos de Cultura, carro-chefe do Programa Cultura Viva; e o Brasil Plural, responsável pelo lançamento do edital do *hip hop*. Tanto os Pontos de Cultura quanto o processo seletivo para a cultura *hip hop* são marcos das políticas afirmativas, pois priorizam e oportunizam as minorias.

Os Caminhos da Cultura e a Participação Social

No desenvolvimento histórico das sociedades, a cultura passa a ser uma categoria de primordial importância para

as relações e interações entre os indivíduos, visto que ela envolve aspectos tais como: o conhecimento, as crenças, as normas, os hábitos, as ideias, a linguagem, a simbologia e o comportamento. É importante ressaltar que são estes componentes culturais que dão os contornos e as especificidades de uma dada sociedade, tornando-as únicas.

No Brasil, embora a Constituição de 1988⁶ seja a que mais poderes delega à União, ela foi um marco de redemocratização, pois reconheceu a cultura como direito humano fundamental, consagrou a diversidade como base dos direitos culturais e garantiu a participação social em pactos entre os entes federados e a sociedade. Garantindo assim, legalmente, o direito da sociedade civil em construir junto ao Estado, as políticas públicas que regem o coletivo.

Para cumprir sua função, uma das formas, e a mais eficiente, que o Estado pode empregar é a de elaboração e implementação de políticas públicas. Talvez seja essa a forma mais democrática e certa no que tange ao atendimento das demandas culturais produzidas pela sociedade e em sociedade. Contudo, para que o processo seja realmente agregador e não excludente, é indispensável a participação popular na discussão, proposição e acompanhamento da construção e implementação de tais políticas. Sobre a democracia participativa e a posição do povo como agente modificador da realidade sociocultural, nos diz Boaventura de Souza Santos:

⁶ Constitui-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, a democracia participativa confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual; os sistemas de produção alternativos confrontam em especial a exploração, o fetichismo das mercadorias e a troca desigual; o multiculturalismo emancipatório e as justiças e cidadanias alternativas resistem em especial à diferenciação identitária desigual, à dominação e ao patriarcado; a biodiversidade e os conhecimentos rivais confrontam privilegiadamente a troca desigual, a exploração e a diferenciação identitária desigual; finalmente, o novo internacionalismo operário resiste em especial à exploração, à troca desigual e ao fetichismo das mercadorias (2002, p. 27).

Seguindo a linha histórica, na atualidade a cultura ainda ocupa uma área coadjuvante no Estado, ocorrendo a sua transferência de responsabilidade para o setor privado. Se historicamente é possível relatar décadas de autoritarismo, é preciso relatar também a abertura democrática iniciada com a gestão Lula/Gil/Juca no que diz respeito ao papel do Estado e sua atuação no novo paradigma que se apresenta. E neste momento histórico a participação social parece protagonista, como afirma Rubim:

A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e de Juca. Proliferam encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura (2010, p. 14).

Em se tratando de um país com passado colonial e escravocrata como o Brasil e com um histórico de repres-

são, autoritarismo e regime ditatorial, o autorreconhecimento, enquanto cidadão, legitimamente constituído, participando ativamente das decisões políticas do país, é uma grande conquista das classes trabalhadoras que, com a Constituição de 1988, tiveram respaldo legal sobre os direitos coletivos e humanos e na efetivação dos mesmos. A atuação legítima da sociedade civil figura como elemento condutor de uma política cultural eficiente e verdadeiramente democrática. É a participação em voga e não só a representatividade.

Os índices de violência contra a juventude negra e o Plano Juventude Viva

Os índices de violência no Brasil revelam uma realidade vergonhosa, já que os negros, sobretudo os jovens, são os que mais morrem no país. Não por acaso, os movimentos sociais vêm há muito tempo dando visibilidade para a grande exclusão que vive a juventude negra. O homicídio seria uma última etapa de uma série de violações cometidas contra esses jovens. De acordo com dados de 2010 do Ministério da Saúde, a principal causa *mortis* de jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos no Brasil, é homicídio, que corresponde a mais da metade (53,3%) de todos os motivos de mortes entre jovens; destes, 76,6% eram negros e 91,3% do sexo masculino.

Em 2013, Alagoas completou um ano de lançamento do Plano Juventude Viva. Para lembrar a data, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) realizaram um balanço positivo das ações desenvolvidas no estado ao longo desse período. Maceió foi escolhida para a 1ª fase de implementação, por ocupar a 1ª colocação entre os 132 municípios que concentram mais de 70% dos homicídios registrados no País. Segundo os coordenadores, durante esse primeiro ano, o programa deu visibilidade à violência que

atinge os jovens alagoanos, aproximando gestores públicos para uma atuação conjunta nos territórios mais vulneráveis.

Segundo a coordenação do Plano, a integração de diferentes políticas públicas é fundamental para desconstruir a cultura da violência. Cita como um exemplo bem sucedido, a combinação das ações do Programa Brasil Mais Seguro, voltadas à repressão ao crime e combate à impunidade, com investimentos em políticas sociais e aperfeiçoamento institucional, com a implantação dos Centros Integrados de Economia Solidária, das Estações da Juventude e da Promotória de Combate ao Racismo, que é uma das principais causas da violência contra esses jovens em todo o país. Outra percepção da SNJ e SEPPIR é de que o Juventude Viva estimulou novas instâncias de participação social na gestão das políticas públicas, com a criação dos Conselhos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial e de Juventude. Esses espaços, junto com o Comitê Gestor do Plano, contribuem para “reforçar as ações estatais nos municípios contemplados, fortalecendo a interação entre governo e sociedade civil, em especial, com os movimentos ligados à juventude e à questão racial”⁷.

O mapa da violência brasileira tem dois alvos certos: jovens e negros das periferias do país. De acordo com dados de 2010 do Ministério da Saúde, a principal causa *mortis* de jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil, é homicídio. Aproximando-se mais desses dados, as estatísticas mostraram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 assassinatos naquele ano foram de jovens, dos quais (76,6%) eram negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

Frente a estes números, uma articulação interministerial foi pensada e posta em prática com a missão de implantar estratégias e ações preventivas para o enfrentamento

⁷ Dados retirados do Portal Brasil disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/plano-juventude-viva-completa-um-ano-em-alagoas>.

da violência contra jovens da periferia brasileira, principalmente os jovens negros, maiores vítimas de homicídios no Brasil. Da reunião entre os Ministérios da Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Esporte e Cultura foi elaborado um conjunto de ações preventivas visando à redução da vulnerabilidade e criando oportunidades de inclusão social e autônoma desses jovens, através do Plano Juventude Viva que, além do caráter multidisciplinar na sua elaboração, aponta para uma construção participativa no que diz respeito aos movimentos de juventude e *hip hop*, com a participação de entidades da sociedade civil, consultas a especialistas em segurança pública e conversas com agentes de todas as esferas de Estado.

A primeira fase do PJV foi implantada no estado de Alagoas compreendendo os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Liderando o *ranking* das estatísticas sobre violência no país, o estado nordestino foi escolhido ainda por abrigar o Programa Brasil Mais Seguro, do Ministério da Justiça. Assim sendo, particularmente em Alagoas, o PJV funciona atrelado ao Programa que desenvolve ações, como a aceleração das investigações e julgamentos e combate aos grupos de extermínio.

Além das metas prioritárias do Plano, que são de combate à violência que preenche números de estatísticas, o PJV assume uma plataforma de promoção dos valores da igualdade e da não discriminação, o enfrentamento ao racismo, ao preconceito geracional, a banalização da violência, a promoção dos direitos da juventude, a priorização de cidadãos em situação de exposição à violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas e egressos do sistema penitenciário, tendo essas pautas somadas à participação da sociedade civil para sua formulação, implantação e acompanhamento.

Somam-se 142 (cento e quarenta e dois) municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e mais o Distrito Fe-

deral que estão na ordem de prioridades do Plano. Na lista estão todas as capitais dos estados do país, distribuídos entre os dois modelos de adesão e implementação do PJV em vigor hoje. São eles: Adesão Pactuada, sob coordenação do Governo Federal e em parceria com os governos municipais e estaduais. Nesta modalidade, os entes federados são convidados a assinarem a adesão ao PJV e pactuarem com ações federais específicas para os seus territórios. Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e região metropolitana, município de São Paulo e Bahia assinaram adesão pactuada. A forma segunda de juntar-se ao Plano é a adesão voluntária que pode ser realizada a qualquer tempo e por qualquer município, desde que se cumpram os passos para a validação da adesão. Municípios de Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo têm adesão voluntária validada.

No plano de enfrentamento à violência, seus articuladores são também agentes mobilizadores organizados em cadeia — chamada de Rede Juventude Viva — que cadastra pessoas, entidades e grupos que tenham interesse em discutir a promoção de direitos da juventude, igualdade racial, enfrentamento à violência contra a juventude negra e políticas públicas afirmativas. Abrindo, assim, uma plataforma de diálogos e uma janela para o real exercício da democracia na elaboração de políticas públicas.

Selecionados via editais públicos lançados nos municípios onde o Plano está presente, essas lideranças têm a missão de se conectar a organizações da sociedade civil, coletivos, grupos com foco na juventude, e articular um ambiente favorável à implementação do Plano Juventude Viva. Cabe ainda a estes agentes o acompanhamento das ações do Plano nos territórios pactuados, assim como mapear e mobilizar atores da sociedade civil e instituições públicas, bem como fomentar e apoiar atividades realizadas nos territórios que dialoguem com as metas previstas no Plano. Coorde-

nada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), em parceria com a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEP-PIR), a Rede reúne informações acerca das ações elaboradas e propostas do PJV, publiciza editais e eventos e promove discussões sobre temas de interesse do Plano.

Esses interesses são organizados em ações de cada um dos ministérios envolvidos com o Plano. Hoje o PJV reúne mais de trinta ações de um montante de vinte e cinco programas federais em vigor. São iniciativas nos campos da saúde, justiça, educação, trabalho e emprego, esporte, juventude (desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria-Geral da Presidência da República) e na esfera cultural.

Com quatro ações, o Ministério da Cultura (MINC) participa do Plano Juventude Viva com grandes obras de infraestrutura e de disseminação de políticas afirmativas, contando com as Usinas Culturais que objetivam o investimento em infraestrutura e programação cultural nos territórios com alta vulnerabilidade social, resultando assim na “promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa.” (Cartilha, p. 18). A previsão é que sejam construídas 201 Usinas com investimentos de cerca de R\$70,5 milhões. Ao poder público local fica a contrapartida financeira, com 20% do valor de investimento do governo federal e a cessão do local para a construção da Usina. A outra etapa da participação do estado ou município é relacionada ao seu capital humano. Os gestores participarão de oficinas de informação sobre elaboração de projetos voltados para a juventude dos bairros com alto índice de homicídios.

Além das Usinas Culturais, o MINC vem com mais um grande projeto de construção de estrutura — que são as Praças do Esporte e Cultura. Integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), a PEC é a integração, no mesmo espaço físico, de “programas e ações culturais, práticas

esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócios assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras” (CARTILHA, p. 19). A gestão das PECs foi pensada para funcionar de maneira conjunta com a sociedade civil. Para tanto, o programa prevê a capacitação da comunidade e também da administração pública local. A previsão é que 359 praças sejam construídas em todo o país.

As duas outras ações implementadas no Plano Juventude Viva, pelo Ministério da Cultura são de caráter participativo e democrático e trata-se dos editais para ampliação dos Pontos de Cultura, carro-chefe do Programa Cultura Viva e o Brasil Plural, responsável pelo lançamento do edital do *hip hop*. Tanto os Pontos de Cultura, quanto o processo seletivo para a cultura *hip hop* são marcos das políticas afirmativas, pois priorizam e oportunizam as minorias.

Foi em 27 de setembro de 2012 que Alagoas, estado que primeiro recebeu o Plano Juventude Viva, em todo o Brasil, lançou o Plano oficialmente. Seguindo o planejamento das ações previstas para todo o país, os municípios de Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, União dos Palmares e São Miguel dos Campos começaram a fazer parte das ações do Plano, como a implantação de sete Usinas Culturais, sendo três em Maceió; implantação de duas Praças do Esporte e da Cultura na capital alagoana, ampliação da rede estadual com mais de 20 pontos de cultura e mais um “pontão” e a garantia da participação democrática na seleção do edital do prêmio cultura *hip hop*.

Considerações Finais

Apesar do otimismo, os índices de violência continuam altos, e Maceió lidera o *ranking* das cidades mais violentas do Brasil e uma das cinco mais violentas do Mundo. De acordo com dados divulgados em maio de 2014 pelo Mapa

da Violência⁸, Alagoas teve um total de 2.046 mortes violentas em 2012, o que representa uma redução de 9,8% em relação ao ano anterior. Apesar da redução no percentual, dos programas e dos investimentos anunciados pelo governo, Alagoas continua à frente dos demais estados da federação. Como enfatiza o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, em entrevista concedida ao portal da Gazeta de Alagoas, os esforços e investimentos realizados até agora, na tentativa de diminuir os índices de violência no país, são insuficientes “[...] sem duvidar da eficácia das políticas implementadas em cada um desses âmbitos, os indicadores evidenciam uma forte tendência altista e que amedronta a população”⁹.

No segmento cultural, as duas ações postas em prática pelo PJV, em Maceió, dizem respeito ao campo dos editais afirmativos. Um deles, o edital para ampliação dos Pontos de Cultura em Alagoas requereu, além de outros itens como requisito obrigatório de seleção, instituições que desenvolvessem atividades de combate à violência contra a juventude negra e atividades específicas para jovens de 15 a 29 anos prioritariamente negros residentes em municípios com maior ocorrência de homicídios, em situação de vulnerabilidade social ou exposição à situação de violência. O outro edital integrante das ações de cultura propostas pelo Plano, foi o edital voltado à cultura hip hop, realizado pelo MINC em parceria com as secretarias de cultura dos estados

Apesar das ações e dos índices de violência, a cultura negra resiste e vem ganhando força graças a ações de indi-

⁸ Mapa da Violência é uma série de estudos, publicada há uma década e realizada pela Unesco, pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) e pelo Instituto Sangari, com apoio do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. O sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz é o responsável pela pesquisa. O Mapa traz dados relacionados à criminalidade no Brasil.

⁹ Citação retirada de matéria jornalística sobre a violência no estado de Alagoas. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/mobile/noticia.php?c=369469&e=6>.

víduos e de grupos. Maceió vem registrando nas últimas décadas uma crescente movimentação cultural, sobretudo em bairros da periferia, como se pode perceber: nos diversos espaços espalhados pela cidade; e nos inúmeros eventos que reúnem vários segmentos de manifestações culturais, solidificando assim, uma consistente parceria entre esses grupos.

Referências

BARBALHO, Alexandre. O Papel da Política e da Cultura nas Cidades Contemporâneas. *Políticas Culturais em Revistas*. v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em 12 set. de 2013.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. Disponível em <<http://politicasculturais.wordpress.com/bloco-v-politicasculturais-no-brasil-e-na-bahia>>. 2001. Acesso em 12 set. de 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 11 set. de 2013.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas Culturais no Brasil: Trajetória e Contemporaneidade*. Disponível em <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento...politicasculturais>. Acesso em 15 set. de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pelas Mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SPINK, Peter; RIBEIRO. *et al.* "Documentos de domínio público e a produção de informações". In: SPINK, Mary Jane Paris. BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli (Org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventude Viva: Homicídios e juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

[Recebido: 15 abr. 2014- Aceito: 30 mai. 2014]